

## CNPJ/MF nº 03.445.208/0004-55 – NIRE 35.300.340.001

**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de julho de 2025**

**2) Data, Horário e Local de Realização:** Aos 15 dias do mês de julho de 2025, às 11 horas (hora local), por videoconferência, conforme autorizado pelo artigo 19 do Estatuto de União Bioenergy S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Fazenda Taquarussu, s/n, Zona Rural, CEP 19.250-000. **3) Quorum:** Acionistas da Companhia representando 100% (cem por cento) do Capital Social.

**3) Convocação e Presença:** Foi verificada em primeira convocação a presença dos Acionistas representando 100% (cem por cento) do Capital Social da Companhia, conforme lista de presença anexa na forma de **Anexo X**, ficando, portanto, dispensada a publicação de aviso de convocação, na forma autorizada pelo Artigo 124, inciso I, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4) Publicações:** Sanada a falta de publicação dos anúncios de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, nos termos do § 4º do referido artigo. E, antes da assembleia, foi realizada a publicação do Relatório da Administração no Jornal "A Gazeta de São Paulo" na página A12 da edição de 18/06/2025 e no caderno digital do mesmo jornal, com certificação digital de autenticidade, nos termos do artigo 289 da Lei 6.404/76, alterado pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, em entrada em vigor em 01.01.2022. **5) Composição da Mesa:** Foi constituída a mesa para dirigir os trabalhos da seguinte forma: o Sr. Gustavo Di Sero Dias foi eleito Presidente da Mesa e convidou o Sr. Moacir Ventura Filho para ser o Secretário. **6) Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) os relatórios da administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31/03/2025; (ii) a destinação do resultado do exercício de 31/03/2025; (iii) a possibilidade da Companhia distribuir a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados, nos termos do artigo 28 e seguintes do Estatuto Social; (iv) o aumento do capital social da Companhia, mediante a integralização da reserva de lucros, bem como a emissão de novas ações; (v) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em virtude da deliberação referente ao aumento de capital; (vi) a lavratura da ata da presente Assembleia Geral na forma de resumo e sua publicação com omissão das assinaturas dos Acionistas, nos termos da Lei das S.A. e; (vii) a) ou a consolidação do Estatuto Social. **7) Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas presentes decidiram, por unanimidade e em quaisquer restrições, o quanto segue: (i) Aprovar as Demonstrações Financeiras e o Balanço Patrimonial da Companhia referente ao Exercício Social findo em 31 de março de 2025; (ii) Aprovar a destinação do lucro apurado no Exercício Social findo em 31 de março de 2025, no valor de R\$ 97.397.114,85 (noventa e sete milhões e trezentos e noventa e sete mil e cento e quatorze reais e oitenta e cinco centavos), a conta de reserva de lucro da Companhia; (iii) Aprovar que a Companhia realize a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados no Balanço Patrimonial referente ao Exercício Social findo em 31 de março de 2025, aos Acionistas da Companhia na medida de suas participações, de acordo com o artigo 28 e seguintes do Estatuto Social, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), serem pagos até o último dia dos meses de agosto e setembro do corrente ano, sendo o valor devido de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para cada dia dos meses mencionados; (iv) Aprovar o aumento de capital social da Companhia, mediante a integralização da reserva de lucros da Companhia, no valor de R\$ 17.047.000,00 (dezessete milhões e quarenta e sete mil reais), sem a emissão de novas ações; (v) Em face da deliberação acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º. - O capital social da Companhia é R\$568.082.501,17 (duzentos e sessenta e oito milhões e oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta mil e cento e dezessete centavos), dividido em 25.103.550,117 (vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil e cento e dezessete centavos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas. (vi) Autorizar a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária na forma de resumo, como faculta o Artigo 130, § 1º da Lei das S.A., bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos Acionistas, nos termos do Artigo 130, § 2º do referido diploma legal; (vii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo II à presente ata. O Conselho Fiscal não foi instalado por não ter sido requisitada sua instalação pelos Acionistas. **8) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, na forma de resumo nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76 e alterações. **9) Assinaturas:** Presidente: Gustavo Di Sero Dias; Secretário: Moacir Ventura Filho. Declaramos para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da Companhia e que sua autenticidade no mesmo livro as assinaturas nele foram apostas, ass.: **Gustavo Di Sero Dias – Presidente; Moacir Ventura Filho – Secretário. Anexo II – Estatuto Social da União Bioenergy S.A. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º.** A União Bioenergy S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, que se rege pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto: (i) a industrialização de açúcar, biodiesel, álcool e outros derivados de cana-de-açúcar para comercialização no Brasil e no exterior, por meio de importação e exportação; (ii) a exploração de lavras canieiras em terras próprias ou de terceiros; (iii) a exploração de atividades agropecuárias em geral; (iv) a realização de operações portuárias; (v) a geração e comercialização de eletricidade a partir de qualquer fonte criada ou resultante da cana-de-açúcar ou de outros dos produtos agrícolas; e (vi) a prestação de serviços de consultoria em engenharia, em logística e às atividades agrícolas ou pecuárias de terceiros. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Fazenda Taquarussu, s/n, Zona Rural, CEP 19.250-000, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou extinguir filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social da Companhia é R\$568.082.501,17 (duzentos e sessenta e oito milhões e oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta mil e cento e dezessete centavos), dividido em 25.103.550,117 (vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil e cento e dezessete centavos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas. **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto no Conselho de Administração da Assembleia Geral. **Artigo 6º.** Respetadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar o resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o valor de resgate e as demais características da operação. **Capítulo III – Assembleia Geral: Artigo 7º.** A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada válida a Assembleia Geral convocada e realizada com a presença de todos os acionistas. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração em exercício ou, na sua ausência, por outro membro do Conselho de Administração. Na ausência de todos os conselheiros, a Assembleia será instalada e presidida por qualquer acionista. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º.** Sem prejuízo de outras atribuições previstas na Constituição, a Assembleia Geral deliberará sobre: (i) a aprovação ou rejeição da prestação de contas da Diretoria, examinando, discutindo e votando as demonstrações financeiras; (ii) deliberar, após proposta, sobre a apresentação da Administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas; (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (iv) fixar a remuneração global dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, quando aplicável; e (v) aprovar a atribuição de participação nos lucros aos Conselheiros e aos Diretores, observados os limites legais e as empregados da Companhia, considerando a política de recursos humanos da Companhia. **Capítulo IV – Administração: Artigo 10º.** A Administração da Companhia cabe ao Conselho de Administração e à Diretoria, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, observado o disposto nesse Estatuto Social. **Parágrafo Único.** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativamente dos Diretores. **Artigo 11º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura de novos Conselheiros e Diretores eleitos. **Parágrafo Único.** A posse de membro do Conselho de Administração residente e domiciliado no exterior, condicionada à constituição de representante legal residente no Brasil, com poderes específicos para recebê-lo e representá-lo, mediante procuração outorgada na forma do parágrafo 2º do artigo 146 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 12º.** O Conselho de Administração terá a distribuição da remuneração dos administradores fixada pela Assembleia Geral competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação e valor profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado. **Capítulo V – Conselho de Administração: Artigo 13º.** O Conselho de Administração é composto por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração indicará seu Presidente, a quem será atribuído o voto de qualidade. **Parágrafo 2º.** A substituição dos membros do Conselho de Administração, temporariamente ou em virtude de vacância do cargo, far-se-á da seguinte maneira: (a) em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos de acordo com suas próprias indicações por um outro membro da Companhia, considerando a política de recursos humanos da Companhia. **Capítulo IV – Administração: Artigo 10º.** A Administração da Companhia cabe ao Conselho de Administração e à Diretoria, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, observado o disposto nesse Estatuto Social. **Parágrafo Único.** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativamente dos Diretores. **Artigo 11º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura de novos Conselheiros e Diretores eleitos. **Parágrafo Único.** A posse de membro do Conselho de Administração residente e domiciliado no exterior, condicionada à constituição de representante legal residente no Brasil, com poderes específicos para recebê-lo e representá-lo, mediante procuração outorgada na forma do parágrafo 2º do artigo 146 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 12º.** O Conselho de Administração terá a distribuição da remuneração dos administradores fixada pela Assembleia Geral competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação e valor profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado. **Capítulo V – Conselho de Administração: Artigo 13º.** O Conselho de Administração é composto por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração indicará seu Presidente, a quem será atribuído o voto de qualidade. **Parágrafo 2º.** A substituição dos membros do Conselho de Administração, temporariamente ou em virtude de vacância do cargo, far-se-á da seguinte maneira: (a) em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos de acordo com suas próprias indicações por um outro membro da Companhia, considerando a política de recursos humanos da Companhia. **Capítulo IV – Administração: Artigo 10º.** A Administração da Companhia cabe ao Conselho de Administração e à Diretoria, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, observado o disposto nesse Estatuto Social. **Parágrafo Único.** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativamente dos Diretores. **Artigo 11º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura de novos Conselheiros e Diretores eleitos. **Parágrafo Único.** A posse de membro do Conselho de Administração residente e domiciliado no exterior, condicionada à constituição de representante legal residente no Brasil, com poderes específicos para recebê-lo e representá-lo, mediante procuração outorgada na forma do parágrafo 2º do artigo 146 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 12º.** O Conselho de Administração terá a distribuição da remuneração dos administradores fixada pela Assembleia Geral competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação e valor profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado. **Capítulo V – Conselho de Administração: Artigo 13º.** O Conselho de Administração é composto por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração indicará seu Presidente, a quem será atribuído o voto de qualidade. **Parágrafo 2º.** A substituição dos membros do Conselho de Administração, temporariamente ou em virtude de vacância do cargo, far-se-á da seguinte maneira: (a) em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos de acordo com suas próprias indicações por um outro membro da Companhia, considerando a política de recursos humanos da Companhia. **Capítulo IV – Administração: Artigo 10º.** A Administração da Companhia cabe ao Conselho de Administração e à Diretoria, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, observado o disposto nesse Estatuto Social. **Parágrafo Único.** O Conselho de Administração é órgão de deliberação coleg**

condições agregadas, que envolvam valores superiores ao Valor de Referência de Despesas Operacionais, conforme definido no Parágrafo Único abaixo: (m) aprovar a prática, pelos Diretores da Companhia, de quaisquer atos que resultem em investimentos em bens de capital (CAPEX – Capital Expenditure) de valor superior ao Valor de Referência de Investimentos, conforme definido no Parágrafo Único abaixo ou qualquer valor de investimento não previsto no orçamento anual previamente aprovado pelo Conselho de Administração; (n) aprovar a prática, pelos Diretores da Companhia, de quaisquer atos que impliquem em despesas operacionais (OPEX – Operational Expenditure) de valor superior ao Valor de Referência de Despesas Operacionais, conforme definido no Parágrafo Único abaixo ou qualquer valor de despesas não previsto no orçamento anual previamente aprovado pelo Conselho de Administração; e (o) fixar o pacote de benefícios aplicável aos diretores da Companhia.

**Parágrafo Único.** Para os fins deste Estatuto Social, o termo “Valor de Referência de Investimentos” equivale a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao passo que o “Valor de Referência de Despesas Operacionais” equivale a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por mês. **Artigo 18º.** Qualquer membro do Conselho de Administração poderá indicar outro membro do Conselho de Administração para que este possa votar em seu nome, em reunião do Conselho de Administração, as matérias especificadas em declaração de voto. Tais declarações de voto deverão ser arquivadas na sede da Companhia. Nessa hipótese, para fins de se estabelecer o quórum de instalação, serão computados, além dos membros do Conselho de Administração presentes, aqueles que tiverem, em conformidade com o disposto neste Artigo, indicado outro membro para representá-los na reunião. **Artigo 19º.** Os conselheiros terão direito de votar as matérias submetidas às reuniões do Conselho de Administração: (i) pessoalmente, (ii) nos termos do Artigo 18º acima ou por (iii) telefone, (iv) videoconferência, (v) fac-símile, (vi) correio, (vii) e-mail ou (viii) qualquer outro meio legal ou por meio do qual possam expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alíneas (iii) a (viii) acima, uma cópia da ata da reunião seja assinada por fac-símile no mesmo dia da reunião e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os conselheiros que comparecerem à referida reunião. **Artigo 20º.** Serão lavradas no livro próprio das atas das reuniões do Conselho de Administração, que adquirirão validade e eficácia mediante a assinatura de tantos conselheiros quantos necessários para constituir a maioria exigida para deliberação das matérias constantes da ordem do dia da reunião. **Capítulo VI – Diretoria. Artigo 21º.** A administração e a representação da Companhia cabem exclusivamente à Diretoria, a quem compete praticar os atos de gestão dos negócios sociais, observado o disposto neste Estatuto Social e de acordo com as orientações do Conselho de Administração, nos termos do artigo 150º do Código de Comércio. **Artigo 22º.** A Diretoria será composta de 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor eleito e 1 (um) representante do Conselho de Administração, qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo único.** Em caso de vacância de algum membro da Diretoria, esta poderá ser composta temporariamente por apenas 1 (um) Diretor, desde que Diretor Presidente e tal composição terá vigência até a eleição dos novos membros da diretoria. **Artigo 23º.** O Conselho de Administração designará, dentre os Diretores eleitos, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo Financeiro, o Diretor Operacional e o(s) Diretor(es) sem designação específica. **Parágrafo 1º.** Nos seus impedimentos ou ausências temporárias, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo Financeiro, e os demais Diretores serão substituídos por outro Diretor, escolhido pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 2º.** Ocorrendo vacância no cargo de qualquer Diretor, incluindo o Diretor Presidente, em dos outros Diretores, indicado em reunião da Diretoria, exercerá interinamente o cargo vago até a(s) próxima(s) reunião(ões) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração elegará o Diretor substituído, que permanecerá no cargo durante o restante do mandato do Diretor substituído. **Artigo 24º.** Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Parágrafo 1º.** Compete ao Diretor Presidente: (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (b) orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores; (c) dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (d) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento das operações da Companhia; e (e) exercer outras atribuições que lhe forem outorgadas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 2º.** Compete ao Diretor Administrativo Financeiro: (a) orientar e coordenar atividades relacionadas à função de controladoria, contabilidade e tesouraria da Companhia; (b) orientar e coordenar atividades relacionadas à tecnologia da informação e ser de serviços correlatos; (c) coordenar as atividades relacionadas às Instituições Financeiras, podendo abar, movimentar e encerrar contas, efetuar depósitos e retiradas, solicitar saldos, obter extratos, requisitar talões de cheques, fazer aplicações e investimentos, emitir e endossar, aceitar, assinar, descontar, reformar e protestar cheques, assinar transferência eletrônica disponível (TED ou DOC), contratos de câmbio, contratos de empréstimos, bordêrs, cédula de crédito bancário, ordens de pagamento, dar e aceitar recibos de quitações, receber e retribuir tudo sua correspondência bancária, podendo requerer promover, alugar e assinar o que for preciso, juntar e desentranhar papéis e documentos, prestar e solicitar esclarecimentos, efetuar instrumentos de repasse financeiros para cessão de direitos creditórios, contratos de garantia de operações financeiras e de prestação de serviços de fiança; nomear preposto da outorgante, assinar contratos de compra e venda de matéria prima e sub-produto, contratar consultoria em geral, assinar comunicados, notificações e contratos de confissão de dívidas, solicitar acesso de internet banking, emitir e receber sinistros, contratar, aditar e liquidar operações junto às instituições financeiras (financeamentos CDC/BNDES/FINAME), empréstimos (mutuo/CDB/4131/Contrato à Exportação CCE/NCEI/ operações de Crédito Rural e demais operações financeiras. (d) orientar e coordenar as aquisições de bens e produtos, armazenagem e transporte; e (e) cooperar com os demais Diretores da Companhia para o desempenho das respectivas atribuições. **Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor Operacional: (a) prospectar oportunidades comerciais junto aos elementos de contato externos, desenvolver e apresentar à Diretoria planos de vendas e projeções de preço, tanto para o mercado interno quanto externo, procurando antecipar tendências e prevenir potenciais impactos de mercado; (b) desenvolver e apresentar à Diretoria os programas, planos, projetos e estudos de viabilidade relativos à manutenção e eventuais expansões nas plantas industriais da Companhia, bem como da base agrícola da Companhia; (c) assessorar o Diretor Presidente em matérias de caráter técnico relativas à capacidade industrial e agrícola da Companhia, seu desempenho, manutenção, custos associados, e eventuais projetos de maximização de resultados; (d) cooperar com os demais Diretores da Companhia para o desempenho das respectivas atribuições; (e) monitorar o desempenho financeiro reportado pela controladoria e o desempenho administrativo reportado pelos demais gerentes, enviando ao Conselho de Administração o relatório administrativo de problemas (RAP) e o relatório administrativo de logística junto às universidades e fornecedores; desenvolver e apresentar à Diretoria planos de manejo sustentado e projeções de custo, tanto para as atividades de plantio quanto de trato, procurando antecipar tendências e prevenir potenciais problemas, como pragas, efeitos climáticos, ou ainda efeitos negativos de mercado; e (g) exercer outras atribuições que lhe forem outorgadas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 4º.** Compete ao(s) Diretor(es) sem designação específica assistir e auxiliar os demais Diretores no exercício de suas funções e exercer as demais atividades que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração. **Artigo 25º.** A Diretoria reúne-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **Parágrafo Único.** O quórum de instalação das reuniões de Diretoria é a maioria dos membros em exercício, e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião. As reuniões de Diretoria não serão instaladas sem a presença do Diretor Presidente e as deliberações não serão aprovadas sem o seu voto favorável. **Artigo 26º.** Ressalvados os casos previstos nos parágrafos deste Artigo, a Companhia é representada e somente é considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) de dois Diretores; ou (b) de um Diretor em conjunto com um procurador; ou (c) de dois procuradores com poderes específicos; ou (d) de um Diretor no caso do Diretor Presidente; ou (e) de apenas um Diretor no caso do Diretor Administrativo Financeiro para representar a Companhia nos assuntos que se refere a Alínea (“c”) do Parágrafo 2º do Artigo 24 do Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** A Companhia pode ser representada por apenas um Diretor ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) recebimento de quitação de valores devidos pela Companhia; (b) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia; (c) representação da Companhia em juízo, ou atos que pela sua própria natureza e em virtude de lei imponham representação singular, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; (d) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza; e (e) a contratação de consultores externos para a prestação de serviços advocatícios, financeiros, contábeis e correlatos para a Companhia. **Parágrafo 2º.** A prática pelos Diretores dos atos previstos na cláusula 17 deste Estatuto Social depende da aprovação do Conselho de Administração da Companhia. **Parágrafo 3º.** O Conselho de Administração pode autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas um Diretor ou um procurador regularmente constituído, ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante. **Parágrafo 4º.** As procurações serão outorgadas ou revogadas por dois Diretores, ou por um só Diretor no caso do Diretor Presidente e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo de vigência superior a 1 ano. **Capítulo VII – Conselho Fiscal. Artigo 27º.** A Companhia tem um Conselho Fiscal não permanente. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros titulares e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VIII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros: Artigo 28º.** O exercício social inicia-se em 1º de abril e encerra-se em 31 de março de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo 1º.** A Companhia levantará anualmente, balanços semestrais, podendo aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitadas as limitações legais. **Parágrafo 2º.** A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá: (i) levantar balanços trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. **Parágrafo 3º.** A Companhia poderá, ainda, ad referendum da Assembleia Geral, pagar ou creditar juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços ou de lucros acumulados, devendo tais juros sobre capital próprio ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no artigo 30º do presente Estatuto Social. **Artigo 29º.** O lucro líquido apurado anualmente, ajustado na forma do artigo 32º da Lei nº 4.426/64, será sujeito a destinação (a) para substituição da reserva legal, até atingir 20% do lucro líquido; (b) O lucro líquido não pago em dividendos aos acionistas; (c) para o Artigo 30º; e (d) o saldo conforme deliberado em Assembleia Geral. **Artigo 30º.** A Companhia distribuirá, anualmente, como dividendos mínimo obrigatório, para as ações ordinárias, 0,001% do lucro líquido apurado, devidamente ajustado na forma da lei e deste Estatuto. **Artigo 31º.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, os dividendos atribuídos prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo IX – Liquidação: Artigo 32º.** Se a Companhia se dissolver e entrar em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo X – Legislação Aplicável e Arbitragem: Artigo 33º.** Este Estatuto Social é regido pelas leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 34º.** As divergências entre a Companhia, seus acionistas, administradores e conselheiros fiscais deverão ser solucionadas por arbitragem, na forma do disposto no § 3º do artigo 109 da Lei nº 6.404/76, por 3 (três) árbitros indicados de acordo com as regras do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC). A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e será conduzida em português. **Capítulo XI – Disposições Finais: Artigo 35º.** A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a transformação da Companhia em outro tipo societário, caso em que será observado o quórum de deliberação previsto no artigo 8º. **Artigo 36º.** As casos omissos, aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404/76. JUCESP – Registrado sob o nº 251.754/25-0 de 07/08/2025, Almar-Señor Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira  
ao lado a autenticidade

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)**



Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80 - NIRE 35.300.578.708

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2025**

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da **Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.**, instalada com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Walter Marcio Cunha Junior** e secretariada pela Sra. **Erika Machado Corchs Bernardo**, realizou-se às 10:00 horas do dia 17 de novembro de 2025, na sede social localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Edifício Torre B Marble, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: **(a) aprovar**, sem reservas, as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024, documentos esses publicados no jornal Data Mercantil, na página 06 da edição impressa de 02 de setembro de 2025, e na página 01 da edição eletrônica de 02 de setembro de 2025, considerando-se sanada a falta de publicação dos anúncios referidos no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, conforme permitido pelo parágrafo 4º do mesmo artigo; **(b) aprovar** a seguinte destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R\$ 5.124.737,09 (cinco milhões, cento e vinte e quatro mil reais e nove centavos): **(i)** R\$ 180.400,00 (cento e oitenta mil e quatrocentos reais) serão destinados à Reserva Legal; **(ii)** R\$ 1.236.084,27 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil, oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos) serão destinados à distribuição de dividendo mínimo obrigatório às acionistas, proporcionalmente à participação de cada uma delas no capital social da Companhia, sendo **(i.a)** R\$ 978.978,74 (novecentos e setenta e oito mil, novecentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos) à acionista **Syensqo Finance France S.A.S.**; e **(i.b)** R\$ 257.105,53 (duzentos e cinquenta e sete mil, cento e cinco reais e cinquenta e três centavos) à acionista **Syensqo Finance S.A.**; e **(iii)** R\$ 3.708.252,82 (três milhões, setecentos e oito mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos) serão destinados à Conta de Reserva de Lucros da Companhia; **(c) aprovar** a seguinte destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de R\$ 58.375.292,75 (cinquenta e oito milhões, trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos): **(i)** R\$ 14.593.823,19 (quatorze milhões, quinhentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e três reais e dezenove centavos) serão destinados à distribuição de dividendo mínimo obrigatório às acionistas, proporcionalmente à participação de cada uma delas no capital social da Companhia, sendo **(i.a)** R\$ 11.558.307,97 (onze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sete reais e noventa e sete centavos) à acionista **Syensqo Finance France S.A.S.**; e **(i.b)** R\$ 3.035.515,22 (três milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e quinze reais e vinte e dois centavos) à acionista **Syensqo Finance S.A.**, ficando consignado que não foi constituída Reserva Legal, uma vez que o saldo da referido reserva atingiu o limite máximo de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; e **(ii)** R\$ 43.781.469,56 (quarenta e três milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seus centavos) serão destinados à Conta de Reserva de Lucros da Companhia; e **(d) aprovar**, a ampliação do objeto social da Companhia, para incluir as atividades de **(i)** fabricação, formulação e manipulação de produtos químicos em geral; **(ii)** formulação e manipulação de produtos químicos orgânicos e compostos químicos utilizados como auxiliares de processo, produção ou de performance do produto final; **(iii)** comércio atacadista, titularidade de registro, importação, exportação e formulação de agrotóxicos, seus componentes e afins (incluindo produtos de origem vegetal e biológica para agricultura convencional e orgânica) para o fim específico de execução de atividade de pesquisa e desenvolvimento de produtos em escala laboratorial; e **(iv)** a titularidade de registro e formulação de produtos químicos e petroquímicos, produtos intermediários e mercadorias em geral; **(e) aprovar**, em vista da deliberação acima, a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: *“Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: (a) a fabricação, formulação, manipulação de produtos químicos em geral, produtos orgânicos; e compostos químicos utilizados como auxiliares de processo produção ou de performance do produto final; (b) o comércio atacadista, titularidade de registro, importação, exportação e formulação de: (i) produtos químicos e petroquímicos; (ii) produtos intermediários; (iii) agrotóxicos, seus componentes e afins (incluindo produtos de origem vegetal e biológica para agricultura convencional e orgânica) para o fim específico de execução de atividade de pesquisa e desenvolvimento de produtos em escala laboratorial; e (iv) mercadorias em geral; (c) a prestação de serviços: (i) administrativos de escritório combinados para apoio, rotina e organização de atividades empresariais; (ii) de assessoria e orientação em gestão empresarial; (iii) de escritório de relacionamento de empresas associadas ou coligadas com cliente; (iv) de levantamento de informação e resumo de notícias; (v) de estruturação de estoques; (vi) de fiscalização de obras em plantas industriais para terceiros; (vii) de laboratório de testes e análise técnicas; e (viii) de laboratório de pesquisa e desenvolvimento de produtos; e (d) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, obedecendo ao disposto neste Estatuto Social”; (f) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração do Artigo 2º aprovada acima, nos termos do Anexo I a esta ata; e (g) autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia, observadas as disposições legais e o disposto no Estatuto Social da Companhia, a praticarem todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações aprovadas acima. Os termos desta ata foram aprovados pelas acionistas presentes, que a subscrevem. São Paulo, 17 de novembro de 2025. - Presidente da Mesa; Secretária da Mesa. p.p. **Syensqo Finance France S.A.S.**, Walter Marcio Cunha Junior e Erika Machado Corchs Bernardo. p.p. **Syensqo Finance S.A.**, Walter Marcio Cunha Junior e Erika Machado Corchs Bernardo. JUCESP nº 413.171/25-5 em 03/12/2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.*

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I – Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social. Artigo 1º - A Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.** (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”) e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: (a)** a fabricação, formulação, manipulação de produtos químicos em geral, produtos orgânicos; e compostos químicos utilizados como auxiliares de processo produção ou de performance do produto final. **(b)** o comércio atacadista, titularidade de registro, importação, exportação e formulação de: (i) produtos químicos e petroquímicos; (ii) produtos intermediários; (iii) agrotóxicos, seus componentes e afins (incluindo produtos de origem vegetal e biológica para agricultura convencional e orgânica) para o fim específico de execução de atividade de pesquisa e desenvolvimento de produtos em escala laboratorial; e (iv) mercadorias em geral; **(c)** a prestação de serviços: (i) administrativos de escritório combinados para apoio, rotina e organização de atividades empresariais; (ii) de assessoria e orientação em gestão empresarial; (iii) de escritório de relacionamento de empresas associadas ou coligadas com cliente; (iv) de levantamento de informação e resumo de notícias; (v) de estruturação de estoques; (vi) de fiscalização de obras em plantas industriais para terceiros; (vii) de laboratório de testes e análise técnicas; e (viii) de laboratório de pesquisa e desenvolvimento de produtos; e **(d)** a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, obedecendo ao disposto neste Estatuto Social. **Artigo 3º - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Edifício Torre B Marble, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. Parágrafo Único.** Mediante deliberação da Diretoria será permitido, abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 902.000,00 (novecentos e dois mil reais), dividido em 412.286.668 (quatrocentos e doze milhões, duzentas e oitenta e seis mil, seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigir. Parágrafo 1º** Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor da Companhia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo 2º** A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor da Companhia, a quem caberá a escolha do secretário da Mesa. **Parágrafo 3º** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores nomeados na forma do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Serão considerados presentes os acionistas que participarem da Assembleia Geral por qualquer meio de comunicação eletrônica, conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a total comunicação entre os fisicamente presentes ou não, contanto que todos os presentes possam se ouvir simultaneamente e que, posteriormente, sejam as atas assinadas por todos os acionistas presentes. **Artigo 7º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representantes da maioria do capital votante da Companhia, não se computando os votos em branco. Capítulo IV – Administração. Artigo 8º - A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) Diretores, todos sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. Parágrafo 1º** A investidura nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura, pelos respectivos Diretores, de termo de posse lavrado em livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 2º** Os membros da Diretoria serão eleitos para o mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º** Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 4º** Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, por ausência, incapacidade ou renúncia, a Assembleia Geral elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído. **Artigo 9º - A Assembleia Geral em cada exercício fixará a remuneração global e anual dos Diretores, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo. Artigo 10 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, em virtude de convocação de qualquer dos Diretores, e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, instalando-se com a presença da maioria dos seus membros eleitos. Parágrafo 1º** Em caso de empate, a Diretoria deverá submeter a matéria à deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** Serão considerados presentes os Diretores que participarem da Reunião de Diretoria por qualquer meio de comunicação eletrônica, conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a total comunicação entre os fisicamente presentes ou não, contanto que todos os presentes possam se ouvir simultaneamente e que, posteriormente, sejam as atas assinadas por todos os Diretores presentes. **Parágrafo 3º** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores que estiverem presentes. **Artigo 11 - Os Diretores são investidos de todos os poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários à realização dos fins sociais da Companhia, competindo-lhes ainda: (a) deliberar: (a.1) sobre a abertura, alteração ou encerramento de estabelecimentos da Companhia em todo o País ou no exterior; (a.2) a concessão de avais ou de prestação de fianças em obrigações contraídas pelas sociedades coligadas, controladas e interligadas pertencentes ao mesmo grupo econômico; em se tratando de aval ou fiança em favor de sociedades não coligadas ou não controladas, ou em favor de pessoa física, será necessária prévia autorização dos acionistas por deliberação tomada por maioria de votos em reunião de acionistas; (a.3) sobre a apresentação aos acionistas de proposta para fusão, cisão ou incorporação da Companhia; (a.4) a participação da Companhia, como sócia ou acionista, em outras empresas; (a.5) a apresentação aos acionistas de proposta para a aquisição e venda de ações da própria Companhia; (b) aprovar: (b.1) a linha de produtos de fabricação e de comercialização da Companhia; (b.2) os orçamentos anuais e plurianuais de operações e investimentos; (b.3) a aquisição, oneração ou alienação de bens do e/ou para o ativo fixo ou de quaisquer outros bens móveis; (b.4) a aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis; (b.5) a constituição de garantia real de qualquer natureza e de alienação fiduciária; (b.6) a celebração de quaisquer outros contratos; (b.7) o investimento em projetos de exploração ou participação em exploração de central geradora de energia elétrica, seja na qualidade de consorciada ou autoprodução ou qualquer outra modalidade conveniente para os objetivos da Companhia. Parágrafo Único** A aprovação dos atos relacionados no item “b” dependerá, para sua formalização, da assinatura dos respectivos instrumentos pelos Diretores e/ou procuradores, observado o disposto neste Estatuto Social, sendo dispensada a realização de Reunião de Diretoria. **Artigo 12 - Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (a) por 2 (dois) Diretores; (b) por um Diretor e um procurador, constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou (c) por 2 (dois) procuradores, constituídos na forma prevista neste Estatuto Social. Parágrafo 1º** A Companhia poderá ser representada, isoladamente, por qualquer Diretor ou por um procurador, nas seguintes hipóteses: **(a)** junto a quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, entre as quais, exemplificativamente, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Ministério da Agricultura e Abastecimento, Secretarias e Delegacias da Receita Federal do Brasil, Autarquias em geral, EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Inspetorias, Alfândegas, Secretarias e Delegacias da Fazenda; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Confederação Nacional das Indústrias, para fins administrativos, o que inclui, mas não se limita a prestação e solicitação de informações e assinatura de eventuais declarações a elas relacionadas; **(b)** junto à Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para a matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; **(c)** junto as Associações, Câmara e Comissões das quais a sociedade seja membro, incluindo ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção), ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), CCFB (Câmara de Comércio França-Brasil), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) entre outras; **(d)** junto a quaisquer órgãos e instâncias do Poder Judiciário, por seus advogados ou prepostos; e **(e)** na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em assunção de obrigação pela Companhia, em circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador e desde que autorizado pela maioria da Diretoria. **Parágrafo 2º** A Companhia poderá, por quaisquer 2 (dois) Diretores, constituir procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *adjudicia* ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 13 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e competências previstas em lei. Parágrafo 1º** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. **Parágrafo 2º** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros. Artigo 14 - O exercício social coincidirá com o ano civil, com início no dia 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício, de acordo com os princípios gerais de contabilidade, que serão submetidas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. Artigo 15 - O resultado apurado no exercício financeiro, se negativo, integrará a conta de prejuízos acumulados; e, se positivo, o lucro líquido apurado, após as amortizações definidas em Lei, terá a seguinte destinação: (i) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até atingidos os limites estabelecidos em lei; (ii) 25% como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; e (iii) o saldo remanescente terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral. Artigo 16 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observadas as prescrições legais, e a Diretoria poderá deliberar dividendos intermediários com base em reservas de lucros ou lucro apurado nas demonstrações financeiras intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso. Artigo 17 - A Diretoria poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda. Parágrafo Único. A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia durante o exercício. **Artigo 18 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral; e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Transformação. Artigo 19 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. Artigo 20 - A Companhia poderá transformar seu tipo societário mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral. **Capítulo VII – Disposições Gerais. Artigo 21 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua as disposições legais aplicáveis. Artigo 22 - Fica eleito o foro da Comarca Central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias decorrentes do presente Estatuto, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”******

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira  
ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/12/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**



Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80 – NIRE 35.300.578.708  
**Ata da Reunião da Diretoria realizada em 17 de novembro de 2025**  
A Ata de Reunião da Diretoria da **Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.**, instalada com a presença da totalidade de seus membros, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Walter Marcio Cunha Junior** e secretariada pela Sra. **Erika Machado Corchs Bernardo**, realizou-se às 11:00 horas do dia 17 de novembro de 2025, na sede social localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14, 171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Edifício Torre B Marble, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: **(a) aprovar**, a ampliação do objeto social da “**Filial Itatiba-SP**”, localizada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo, na Avenida Gaetano de Abreu, 55, Parte, Bairro Encosta do Sol, CEP 13255-830, inscrita no NIRE 35.906.383.292 e no CNPJ/MF sob o nº 43.874.289/0004-23, para incluir as atividades de prestação de serviços **(i)** administrativos de escritório combinados para apoio, rotina e organização de atividades empresariais; **(ii)** de assessoria e orientação em gestão empresarial; e **(iii)** de laboratório de testes e análises técnicas; **(b) aprovar**, a ampliação do objeto social da “**Filial Paulínia-SP**”, localizada na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Av. Doutor Roberto Moreira, 5005, Quadra AC (parte) e Edifícios 200, 800 (parte) e 1100, Recanto dos Pássaros, CEP 13148-914, inscrita no NIRE 35.906.389.347 e no CNPJ/MF sob o nº 43.874.289/0006-95, para incluir as atividades de **(i)** formulação, manipulação, titularidade de registro, importação e exportação, para o fim específico de execução de atividade de pesquisa e desenvolvimento de produtos em escala laboratorial, de (i.1) produtos químicos e farmoquímicos; e (i.2.) mercadorias em geral; **(ii)** comércio atacadista, formulação, manipulação, titularidade de registro, importação e exportação, para o fim específico de execução de atividade de pesquisa e desenvolvimento de produtos em escala laboratorial, de (ii.1) produtos químicos e farmoquímicos; e (ii.2) mercadorias em geral; **(iii)** comércio atacadista, formulação, manipulação, titularidade de registro, importação e exportação, para o fim específico de execução de atividade de pesquisa e desenvolvimento de produtos em escala laboratorial, de (iii.1) produtos químicos e farmoquímicos; e (iii.2) produtos intermediários; e (iii.3) agrotóxicos, seus componentes e afins (incluindo produtos de origem vegetal e biológica para agricultura convencional e orgânica); e **(iii)** a prestação de serviços de manutenção de equipamentos; **(c) aprovar**, em vista da deliberação do item “a” acima, a consolidação do objeto social da “**Filial Itatiba-SP**”, que passa a ser o seguinte: **(i) a fabricação de produtos químicos orgânicos, de compostos químicos utilizados como auxiliares de processo de produção ou de performance do produto final; (ii) comércio atacadista, importação e exportação de produtos intermediários e de produtos químicos e petroquímicos; (iii) a prestação de serviços administrativos de escritório combinados para apoio, rotina e organização de atividades empresariais; (iv) a prestação de serviços de assessoria e orientação em gestão empresarial; e (v) a prestação de serviços de laboratório de testes e análises técnicas; e (d) aprovar**, em vista da deliberação do item “b” acima, a consolidação do objeto social da “**Filial Paulínia-SP**”, que passa a ser o seguinte: **(i) comércio atacadista de (i.1) produtos químicos e farmoquímicos; e (i.2) mercadorias em geral; (ii) importação e exportação; (iii) comércio atacadista, formulação, manipulação, titularidade de registro, importação e exportação, para o fim específico de execução de atividade de pesquisa e desenvolvimento de produtos em escala laboratorial, de (iii.1) produtos químicos e farmoquímicos; (iii.2) produtos intermediários; (iii.3) agrotóxicos, seus componentes e afins (incluindo produtos de origem vegetal e biológica para agricultura convencional e orgânica); e (iii.4) mercadorias em geral; e (iv) prestação de serviço de (iv.1) fiscalização de obras em plantas industriais para terceiros; (iv.2) laboratório de testes e análise técnicas; (iv.3) laboratório de pesquisa e desenvolvimento de produtos; (iv.4) serviços administrativos combinados de apoio, rotina e organização de escritório; de assessoria e orientação em gestão empresarial; (iv.5) relacionamento de empresas associadas com clientes; (iv.6) estruturação de estoques; e (iv.7) manutenção de equipamentos.** Os termos desta ata foram aprovados pelos diretores presentes, que a subscrevem. São Paulo, 17 de novembro de 2025. (aa) **Walter Marcio Cunha Junior**, Presidente da Mesa; e **Erika Machado Corchs Bernardo**, Secretária da Mesa. **Walter Marcio Cunha Junior** e **Erika Machado Corchs Bernardo**. Confere com o original. JUCESP nº 413.172/25-9 em 03/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Healthcare Consulting Serviços Médicos S.A.

CNPJ/MF nº 10.172.974/0001-06 – NIRE 35.300.470.176  
**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**  
Ficam convocados os acionistas da **Healthcare Consulting Serviços Médicos S.A.** para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 17.12.2025, às 10:00, em primeira chamada, e às 10:30 horas, em segunda chamada, na sede social situada à Rua Cônego Eugênio Leite, nº 933, cj. 51, bairro Pinheiros, na Capital do Estado de São Paulo, CEP nº 05414-012, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Deliberar sobre a dissolução da companhia; e **2.** Nomeação do liquidante e definição de seus poderes. Os acionistas que se fizerem representar por procuradores deverão encaminhar para a sede os mandatos outorgados no prazo de até 48 horas antes da Assembleia. São Paulo, 9, 15 e 16 de dezembro de 2025. Diretora Presidente – **Flávia Kfourí**.

Hansatecnica Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 54.022.066/0001-01 – NIRE 3.530.044.919-3  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/12/2025**  
**Data, Hora e Local:** 05 de dezembro de 2025, às 10h00min, na sede social da Companhia, localizada na Rua Clarence, 179/183, Vila Cruzeiro, CEP 04727-040, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.  
**Convocação:** Dispensada nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15.12.1976. **Presença:** Conforme lista de presença **(Anexo 1)** assinada pelos acionistas detentores da totalidade das ações ordinárias com direito de voto da Companhia, a acionista Srª Ingrid Maus foi representada por seu procurador Paulo Henrique Gonçalves de Melo, conforme procuração anexa **(Anexo 2)** e o acionista Srº Coiti Fukushima foi representado por seu procurador Paulo Henrique Gonçalves de Melo, conforme procuração **(Anexo3)**.  
**Mesa:** Paulo Henrique Gonçalves de Melo – Presidente; Jorge Pereira Junior – Secretário. **Ordem do Dia:** (1) Distribuição de dividendos aos acionistas; (2) Reajuste pró-labore diretoria. **Deliberações:** 1. Aprovado por unanimidade a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.607.000,00 (dois milhões, seiscentos e sete mil reais) a ser pago até dia 22/12/2025, sendo que no fechamento anual os valores distribuídos através desta ata serão definitivos, exceto se forem inferiores ao mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social a ser encerrado em 31/12/2025.  

Nome Acionista	Valor Dividendo em Reais
MH Maus Participações Ltda	1.316.535,00
Ingrid Maus	335.535,00
Paulo Henrique Gonçalves de Melo	374.228,00
Jorge Pereira Junior	374.228,00
Antoninho Seimetz	103.237,00
Coiti Fukushima	103.237,00
<b>Total Distribuído</b>	<b>2.607.000,00</b>

  
2. Aprovado por unanimidade a mudança do reajuste do pró-labore da diretoria, que será sempre em janeiro pelo IGP-M Acumulado dos 12 últimos meses, ou o índice de reajuste do salário-mínimo, prevalecendo o maior índice. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado encerrou-se esta Assembleia Geral Extraordinária pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão foi esta Ata lida e aprovada por todos os presentes. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. (ass.:) **Paulo Henrique Gonçalves de Melo** – Presidente da Mesa; **Jorge Pereira Junior** – Secretário da Mesa. JUCESP – Registrado sob o nº 430.629/25-4 em 10/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 - NIRE 35.300.453.824 - Companhia Aberta  
**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2025**  
**1. Data, Horário e Local:** No dia 12 de dezembro de 2025, às 9:00 horas, excepcionalmente realizada de forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do estatuto social da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Estatuto Social" e "Companhia", respectivamente). **2. Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, quais sejam: Sr. Sergio Zimmerman; Sra. Tania Zimmerman, Sr. Gregory Louis Reider, Sr. Claudio Roberto Ely, Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva, restando dispensada a convocação. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. Claudio Roberto Ely, e secretariada pela Sra. Tania Zimmerman. **4. Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** e cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria, ou seja, 11.600.015 ações ordinárias de emissão da Companhia, sem redução do capital social; e **(ii)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos que se fizerem necessários à consecução da deliberação aprovada. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após exame e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **(i)** aprovaram o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria, ou seja, 11.600.015 ações ordinárias de emissão da Companhia, sem redução do capital social. Em razão do cancelamento, o capital social da Companhia de R\$1.725.654.756,31, dividido em 462.739.925 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passa a ser dividido em 451.139.910 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A alteração do artigo 4º do Estatuto Social para refletir a nova composição do capital social será deliberada em Assembleia Geral da Companhia, a ser oportunamente convocada. **(ii)** autorizaram os Diretores da Companhia e/ou seus procuradores devidamente habilitados a praticar todos os atos que se fizerem necessários à consecução da deliberação aprovada acima. **6. Assinaturas Eletrônicas:** Os presentes reconhecem como válidas e com plena eficácia as assinaturas eletrônicas/digitais, na forma permitida pelo artigo 10, parágrafo 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001, com teor, valor e efeitos equivalentes àqueles efetuados presencialmente ou mediante aposição de assinatura autógrafa. **7. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme concordância de todos os presentes. **(a) Mesa:** Sr. Claudio Roberto Ely (Presidente); e Sra. Tania Zimmerman (Secretária); **(b) Conselheiros Presentes:** Sr. Sergio Zimmerman; Sra. Tania Zimmerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra; e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 12 de dezembro de 2025. JUCESP nº 417.981/25-9 em 15/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Publique no  
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.



Contato: (11) 3361-8833  
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA  
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira  
ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/12/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**

